

A11.164

Bairros carentes terão financiamentos do Bird

O Espírito Santo vai precisar de Cr\$ 4,27 bilhões do Ministério do Interior através de financiamento do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) para execução do programa de Cidades de Porte Médio, que deverá atender 12 bairros pobres da periferia da Grande Vitória nos conglomerados de Santa Rita, em Vila Velha; Porto de Santana, em Cariacica; e Santa Teresa e Maria Ortiz, em Vitória. Promoverá o crescimento das atividades econômicas, através de geração de mais empregos; melhoria da infra-estrutura física; o aumento do provimento de serviços urbanos, sociais e comunitários e a readequação das administrações municipais.

O Bird, através de acordo de empréstimo com o governo federal, aloca US\$ 70 milhões para serem aplicados em áreas urbanas carentes, onde a população seja predominantemente pobre. Vitória (Grande Vitória) está incluída entre as dez cidades brasileiras escolhidas pelo governo federal, através do Ministério do Interior, para participarem do programa. As outras cidades são Florianópolis, Juiz de Fora, Montes Claros, Natal, Pelotas, Petrolina/Juazeiro, Teresina e São José do Rio Preto.

A coordenação dos trabalhos do programa em Vitória ficou a cargo do Instituto Jones dos Santos Neves que englobou 23 órgãos públicos, que participarão ativamente na execução dos trabalhos. Na segunda-feira toda a equipe técnica do Ministério do Interior e outros órgãos de apoio do governo federal, estarão em Vitória, discutindo os projetos e definindo a parte financeira e institucional do programa.

Na sexta-feira o coordenador geral do programa de Cidades de Porte Médio a nível nacional, Marcos Mendonça, estará em Vitória para estabelecer as definições do programa e também liberar os recursos necessários para a execução dos projetos. Ele também vai se reunir com os prefeitos dos municípios incluídos no programa. Nessa reunião, o prefeito Américo Bernardes vai definir a participação do município de Vila Velha.

O programa exige que as prefeituras financiem diretamente ao Banco Nacional de Habitação 30% dos recursos necessários, tendo em vista que os outros 70% serão repassados (a fundo perdido). Américo Bernardes não aceita o financiamento e só entra no programa com recursos próprios. Essa sua posição deverá ser negociada dentro de algumas alternativas, como por exemplo o governo do Estado assumir o financiamento tendo a prefeitura que pagar a quantia correspondente.

OS LOCAIS

De acordo com os estudos realizados, 65.769 habitantes serão atendidos com o programa. O aglomerado de Santa Rita, que se constitui dos bairros de Alecrim, Santa Rita, Pedra dos Búzios, Capuaba, Vila Garrido, Ilha da Conceição e Ilha das Goiabeiras conta com uma população de 30.184 habitantes e 6.020 domicílios. A maior parte do aglomerado encontra-se em áreas da União, em terrenos de Marinha aforados ou invadidos, tendo assim as condições jurídicas da propriedade em situação irregular.

O aglomerado de Porto de Santana conta com uma população de 21.755 habitantes e 4.462 domicílios e está assentado sobre os morros do Matadouro, do Meio, da Aparecida e Porto Novo. Já o de Santa Teresa, conta com 5.484 habitantes e 1.172 domicílios e compreende as áreas de pobreza do Morro da Chapada e das encostas do Cabral e Santa Teresa, onde quase todas as construções estão assentadas diretamente sobre a rocha, ou sobre o solo já desenvolvido.

Maria Ortiz conta com 8.346 habitantes e 1.702 domicílios. Vai do aeroporto ao final do canal da passagem e os conjuntos Jabour, Antônio Honório e Solon Borges. O aglomerado teve origem no lançamento de lixo junto ao final da vala que drena a restinga, avançando sucessivamente sobre o mangue. O bairro era conhecido como "Lixão de Goiabeiras", pois a população era composta de moradores carentes à cata de resíduos aproveitáveis.

Para atendimento das necessidades desses aglomerados, os projetos concluídos para a execução do programa prevêm três categorias: a de infra-estrutura urbana e comunitária, orçada em Cr\$ 3,08 bilhões; a de emprego e renda, que prevê recursos da ordem de Cr\$ 83 milhões e a de administração municipal, que necessita de Cr\$ 36 milhões.

Os quatro aglomerados possuem características comuns de serem áreas habitadas por trabalhadores com nível baixo de qualificação de mão-de-obra, sobrevivendo às custas de um minguado salário que obriga a entrada mais cedo de seus dependentes no mercado de trabalho, para aumentar a renda familiar e manter este nível de sobrevivência.

Somente uma área menos valorizada, conforme acentuam os estudos elaborados do Instituto Jones dos Santos Neves, e sem infra-estrutura poderia abrigar esta camada da população, pois aí poderia redobrar seus esforços e adquirir sua casa própria. Sacrificando suas despesas com os requisitos que oneram uma moradia digna, esta população constrói suas habitações precariamente, mas torna-se dono. Tudo isso sem importar com o fato de se existe ou não infra-estrutura; se estão invadindo terrenos e poderão ser expulsos amanhã, e outros fatores que tornam-se irrelevantes naquele momento.

Em Santa Tereza, 69,8% dos domicílios são abastecidos por rede geral de água, enquanto 21,3% se abastecem de água do vizinho, isto é, não a possuem. Na área de Maria Ortiz, 76,3% possuem rede geral contra 23,7% que se abastecem nos vizinhos. Para Porto de Santana 78,8% contam com rede geral, 11,5% se abastecem do poço e 8,9% dos vizinhos. Em Santa Rita 79% contam com rede geral e 15% de água do vizinho.

Nesses aglomerados, de uma forma geral os moradores são bem servidos de energia elétrica, mas em Santa Rita, 13,2% dos domicílios não possuem luz elétrica. Já a respeito do lançamento de esgotos em Santa Teresa, 62,2% dos domicílios contam com rede pública enquanto 12,7% não possuem nenhum tipo de saneamento. Em Maria Ortiz, 66,1% contam com rede pública, 16,3% se utilizam de valas e 10,1% não possuem saneamento. Em Porto de Santana, 32,4% possuem rede pública, 15,3% se utilizam de valas e 25,5% não possuem saneamento. Em Santa Rita, apenas 17,5% dos moradores são atendidos com rede pública de esgotos, enquanto 47,4% são lançados em vala e 11,8% não possuem saneamento.

Embora possuam a condição de donos dos domicílios, esta população vive precariamente em áreas desprovidas de infra-estrutura básica, que traz consequências no estado de saúde de seus habitantes e diminui a capacidade de sobrevivência.

Na área educacional, os estudos do IJSN, concluíram que nesses aglomerados, 24,7% das pessoas que paralisaram seus estudos o fizeram por falta de recursos financeiros, enquanto 38,4 paralisaram por motivo de trabalho. Ainda nas quatro áreas, foi encontrado um percentual de 16,2% de crianças entre 7 e 14 anos que não estudam. Por outro lado, a taxa de analfabetismo, das pessoas com 15 anos e mais, foi em torno de 23%.

Ainda considerando as quatro aglomerações, a renda familiar desta população pode ser vista da seguinte forma: **renda individual** — 12,7% recebem até 1/2 salário mínimo regional por mês; 22,3% recebem entre 1/2 e 1 salário; 42% recebem entre 1 e 2 salários mínimos. O que corresponde dizer que 88,9% dos trabalhadores que moram nessas áreas recebem mensalmente até 3 salários.

Sobre a **renda familiar**, evidencia-se que 0,9% das famílias possuem renda de até 1/2 salário mínimo; 7,7% tem renda entre 1/2 e 1 salário; 30,9% possuem renda entre 1 e 2 salários mínimos e 23,1% possuem renda entre 2 e 3 salários mínimos. Portanto 62,6% das famílias possuem renda até 3 salários.

As maiores incidências de doenças foram: verminose (19%) problemas de vista (10,5%), doença de nervos (10,7) e problemas dentários (27,8%). Embora a maioria procure o Inamps para atendimento médico (58,6%), as maiores dificuldades para o recebimento desta assistência são as distâncias dos serviços de saúde, e deficiência destes serviços.

Nessas áreas, tendo em vista a falta de recursos, os habitantes não têm condições de lazer. Dentre os equipamentos desejados pelas comunidades, 48,3% preferem parque para crianças, 30,8% praças públicas e 19,2% quadras de esportes.

Das donas de casa que trabalham fora, 37,7% deixam seus filhos com outros filhos maiores; 26% deixam com outros parentes; 21,5% deixam os filhos sozinhos. Por outro lado, 39% das donas-de-casa que não trabalham não o fazem por não terem com quem deixar seus filhos.